



Escola de Administração  
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO PARA A  
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO  
DO PIAUÍ - SEFAZ - PI - 2001

# Agente Fiscal de Tributos Estaduais

# a.2

## INSTRUÇÕES

Nome: \_\_\_\_\_ Nº Inscrição: \_\_\_\_\_

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído e deve ser assinado no seu verso.
- 3 - **DURAÇÃO DA PROVA: 3h30**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 4 - Neste caderno, as questões estão numeradas de **01 a 50**, seguindo-se a cada uma 5 (cinco) opções (respostas), precedidas das letras **a, b, c, d e e**.
- 5 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 6 - Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois qualquer reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão não será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular, etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.9 do edital.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Esta prova está assim constituída:

Disciplinas	Questões	Peso
Contabilidade Geral	01 a 10	1,5
Contabilidade Comercial	11 a 15	
Contabilidade de Custos	16 a 20	
Contabilidade Industrial	21 a 25	
Direito Tributário	26 a 35	
Legislação Tributária Estadual	36 a 50	

**Boa Prova**

01- No último dia do exercício social, a empresa Red Green Ltda. demonstrou um patrimônio com bens no valor de R\$ 13.000,00, direitos no valor de R\$ 7.000,00, dívidas no valor de R\$ 9.000,00 e capital social no valor de R\$ 10.000,00, devidamente registrado na Junta Comercial.

Com base nessas informações pode-se afirmar que, do ponto de vista contábil, o patrimônio referido apresenta:

- a) Situação Líquida Nula ou Compensada
- b) Passivo a Descoberto no valor de R\$ 1.000,00
- c) Prejuízos Acumulados no valor de R\$ 1.000,00
- d) Patrimônio Líquido no valor de R\$ 1.000,00
- e) Patrimônio Líquido no valor de R\$ 11.000,00

02- Durante o mês de novembro, a empresa Cia. Indústria & Comércio realizou as seguintes operações:

- 01]- compra de mesas por R\$300,00, sendo 40% para vender e 60% para usar, pagando R\$100,00 e aceitando duplicatas.
- 02]- pagamento de duplicatas de R\$ 100,00, com desconto de 10%.
- 03]- registro do aluguel do mês no valor de R\$ 300,00 para pagamento posterior.
- 04]- venda a vista de mercadorias por R\$ 300,00, com lucro de 20% sobre o valor de venda.

Observações:

Cada uma destas operações foi contabilizada mediante um único lançamento.

Antes das operações a conta Caixa apresentava saldo devedor de R\$ 160,00.

Baseados, exclusivamente, nas informações acima e, considerando que as aquisições não sofrem tributação, podemos afirmar que:

- a) o primeiro fato é administrativo permutativo e recebeu lançamento de quarta fórmula
- b) o segundo fato é administrativo modificativo e recebeu lançamento de terceira fórmula
- c) o terceiro fato é administrativo composto e recebeu lançamento de segunda fórmula
- d) a ocorrência dos quatro fatos aumentou o lucro do exercício em R\$ 230,00
- e) o saldo da conta Caixa agora, após os quatro fatos, é de R\$ 230,00

03- Ao finalizar os procedimentos de encerramento das atividades da empresa Edistar Ltda., seu gerente deparou com a existência de 100 sacas de 50 kg de feijão à espera de uma destinação.

Disse o gerente ao proprietário: - O Senhor fica com o feijão restante? Falta apenas quitá-lo junto ao fornecedor. A dívida é de R\$ 1,20 por quilograma, e equivale ao custo do feijão.

- Não. O feijão tem de ser vendido a vista, pois haverá recolhimento de ICMS a 17%, uma vez que não há mais impostos a recuperar. Além disso, 10% do custo desse feijão é para despesa de armazenagem.

- Assim sendo, concluiu, mesmo sem nada ganhar, que o feijão deve ser vendido por

- a) R\$ 8.219,18
- b) R\$ 7.228,92
- c) R\$ 7.620,00
- d) R\$ 7.951,81
- e) R\$ 7.828,92

04- A empresa Onça Maior contabilizou suas compras e vendas do mês como se as mercadorias fossem isentas da tributação de ICMS. Utilizando o critério PEPS para avaliação do estoque, dita empresa apresenta o seguinte resumo de sua ficha de controle de estoque referente ao mês de maio de 2001:

estoque inicial	20 unidades a R\$ 25,00
compras a vista	50 unidades a R\$ 30,00
vendas a prazo	40 unidades a R\$ 28,00
compras a prazo	100 unidades a R\$ 40,00
vendas a vista	60 unidades a R\$ 38,00

Ao retificar a escrituração, contabilizando esses mesmos dados com a tributação de ICMS à alíquota de 10%, igual para compras e vendas, podemos dizer que o RCM - Resultado com Mercadorias (equivalente na DRE - Demonstração do Resultado do Exercício, ao Resultado Operacional Bruto, sem o PIS - Faturamento e a COFINS) será um lucro no valor de

- a) R\$ 520,00
- b) R\$ 130,00
- c) R\$ 470,00
- d) R\$ 260,00
- e) R\$ 180,00

05- A empresa Red Roses, com capital registrado no valor de R\$ 26.000,00, apurou rédito negativo de R\$ 2.700,00 e não tinha reservas anteriores. Sabendo-se que nessa data o capital alheio superava o capital próprio em 120%, podemos afirmar que a empresa em questão tinha um ativo no valor de

- a) R\$ 57.200,00
- b) R\$ 51.260,00
- c) R\$ 31.200,00
- d) R\$ 27.960,00
- e) R\$ 23.300,00

06- A empresa Red Blue S/A transferiu o lucro do exercício com o seguinte lançamento:

Resultado do Exercício	
a Lucros Acumulados	
valor do lucro líquido	
que se transfere	
p/balanco	R\$480.000,00

Após este lançamento, a empresa destinou R\$ 40.000,00 para constituir reserva legal e mais R\$ 40.000,00 para reservas estatutárias.

Deste modo, o dividendo mínimo obrigatório, calculado com fulcro no lucro líquido do exercício, deverá ser de

- a) R\$ 220.000,00, se o estatuto, antes omissivo, fixar o percentual mínimo permitido
- b) R\$ 200.000,00, se o estatuto for omissivo quanto ao percentual
- c) R\$ 110.000,00, se o estatuto, antes omissivo, fixar o percentual mínimo permitido
- d) R\$ 110.000,00, se o estatuto for omissivo quanto ao percentual
- e) R\$ 100.000,00, baseado no estatuto, que é livre para fixar qualquer percentual

07- A nossa empresa chama-se Porto Calha S/A e, em primeiro de janeiro, apresentou um ativo permanente composto de

Ações da S/A Alta Beira	R\$ 4.000,00
Ações da S/A Beira Alta	R\$ 2.000,00
Ações da S/A Eira Beira	R\$ 5.000,00
Obras de Arte Emolduradas	R\$ 1.000,00
Móveis e Utensílios	R\$ 3.000,00

Informações adicionais:

Durante o exercício social não houve compra nem alienação de itens do permanente. Também não houve contabilização de correção monetária, nem de depreciação anterior.

A vida útil estimada dos bens de uso é de 10 anos. A participação acionária alcança 3 mil ações, sendo 1.000 ações de cada uma das sociedades investidas.

As obras de arte alcançam preço de mercado de R\$ 2.500,00.

As ações de Alta Beira estão cotadas a R\$ 3,00; as de Beira Alta a R\$ 1,80; e as de Eira & Beira a R\$ 5,50.

Todos os investimentos são avaliados pelo método do custo. As cotações refletem a efetiva situação econômica das empresas. Não se trata de mera especulação de mercado.

Com base nas informações acima, podemos dizer que, se forem aplicados os critérios de avaliação corretos, o balanço patrimonial dessa empresa, a encerrar-se em 31 de dezembro, vai evidenciar um ativo permanente no valor de

- a) R\$ 15.600,00
- b) R\$ 15.400,00
- c) R\$ 13.500,00
- d) R\$ 15.000,00
- e) R\$ 15.100,00

08- Abaixo, temos informações constantes da escrituração de S/A Leão do Norte, relativas ao exercício encerrado em 31.12.2000:

Lucro líquido apurado no exercício	R\$ 4.250,00
Dividendos distribuídos no fim do ano	R\$ 1.250,00
Depreciações referentes ao exercício	R\$ 2.750,00
Compra de itens do Ativo Imobilizado	R\$ 3.750,00
Realização, em dinheiro, de parcela do Capital Subscrito	R\$ 750,00
Contratação de dívidas de Longo Prazo	R\$ 1.000,00
Aumento dos direitos de Longo Prazo	R\$ 500,00

Na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos elaborada em 31.12.2000, com base nesses dados, o Capital Circulante Líquido que, no balanço anterior, era de R\$ 5.000,00, passou a ser de

- a) R\$ 8.250,00
- b) R\$ 6.750,00
- c) R\$ 5.500,00
- d) R\$ 3.250,00
- e) R\$ 2.250,00

09- A empresa S/A Ursa Menor, ao fim do exercício social de 2001, apresenta as seguintes informações:

- rentabilidade do capital social de R\$ 2,20 por ação;
- quociente de solvência de 1,20;
- Índice de liquidez corrente ou comum de 0,44;
- capital fixo ou permanente de R\$ 380.000,00;
- capital registrado na Junta Comercial de R\$ 60.000,00;
- não há resultados de exercícios futuros;
- não há valores considerados de longo prazo.

O uso das informações acima, naquilo que for cabível, conduz à conclusão de que, no exercício considerado, as demonstrações contábeis dessa empresa evidenciam

- a) ativo circulante no valor de 44% do ativo total
- b) reservas e lucros acumulados no valor de R\$ 40.000,00
- c) capital próprio no valor de R\$ 60.000,00
- d) total de capitais aplicados no valor de R\$ 100.000,00
- e) total de receitas no valor de R\$ 132.000,00

10- A firma Mercadinho do Bairro ME apresenta em 31 de dezembro o seguinte patrimônio:

Ativo Circulante	R\$ 400.000,00
Disponibilidades	R\$ 80.000,00
Estoques	R\$ 220.000,00
Créditos	R\$ 100.000,00
Ativo Permanente	R\$ 600.000,00
Passivo Circulante	R\$ 500.000,00
Patrimônio Líquido	R\$ 500.000,00
Capital Social	R\$ 380.000,00
Reservas	R\$ 100.000,00
Lucros Acumulados	R\$ 20.000,00

O balanço patrimonial foi assim publicado, mas, na análise de balanços mandada proceder pela Direção da entidade, foi simulada a seguinte indagação: Se a empresa tivesse vendido a totalidade de seus estoques a preço de custo, sendo 50% a vista e 50% a prazo de 60 dias, poderíamos afirmar, com certeza absoluta, que

- a) a liquidez imediata teria sido mantida em 16%
- b) a liquidez imediata teria aumentado para 56%
- c) a liquidez seca (acid test) teria sido mantida em 36%
- d) a liquidez corrente teria sido mantida em 80%
- e) a liquidez seca (acid test) teria aumentado para 60%

## CONTABILIDADE COMERCIAL

11 - Após o balanço de encerramento em 31 de dezembro, o responsável técnico da empresa constatou que uma nota fiscal, de R\$ 1,00, referente a mercadoria recebida em 27 de dezembro, deixou de ser registrada na contabilidade.

- Constatou, ainda, que a mercadoria, sujeita ao ICMS de 20%, fazia parte do inventário.

- A empresa não mantém controle permanente de estoques.

A regularização procedida resultou em uma alteração do Patrimônio Líquido de:

- a) R\$ 1,00, para menos, porque o custo das mercadorias vendidas foi elevado em R\$ 1,00.
- b) R\$ 0,80, para menos, porque o custo das mercadorias vendidas foi elevado em R\$ 0,80.
- c) R\$ 0,80, para menos, porque o custo das mercadorias vendidas foi reduzido em R\$ 0,80.
- d) R\$ 0,80, para mais, porque o custo das mercadorias vendidas foi reduzido em R\$ 0,80.
- e) R\$ 1,00, para mais, porque o custo das mercadorias vendidas foi reduzido em R\$ 1,00.

12- Os seguintes dados foram obtidos nos registros contábeis de uma empresa comercial, cujas compras e vendas estão sujeitas ao ICMS de 20%.

Estoques de Mercadorias para Venda, em 31.10.2001	2.000
Mercadorias adquiridas em novembro de 2001	1.000
Receitas de Vendas de Mercadorias em novembro de 2001	4.000
Devolução de Mercadorias adquiridas em novembro de 2001	100
Fretes cobrados nas entregas de mercadorias vendidas	200
Devolução de Mercadorias vendidas em novembro	100
Estoques de Mercadorias para Venda, em 30.11.2001	1.000
Saldo credor da conta C/C ICMS, em 30.11.2001	400

Levando-se em conta os dados acima podemos afirmar que:

- a) o Custo de Mercadorias Vendidas em novembro de 2001 é de 1.720.
- b) o Custo de Mercadorias Vendidas em novembro de 2001 é de 1.900.
- c) o Lucro Bruto de Vendas, em novembro de 2001 é de 2.000.

- d) o Custo de Mercadorias Vendidas em novembro de 2001 é de 1.920.
- e) se o saldo da conta C/C ICMS, em 31.10.2001, fosse de 140 o seu valor, em 30.11.2001, seria de 400.

## Rascunho

13- No balancete levantado ao final de um determinado mês a conta Mercadorias para Revenda apresentava o saldo de R\$ 200,00. No mês subsequente foram adquiridas mercadorias no valor de fatura de R\$ 100,00.

Sabendo-se que, no mês subsequente, o Custo de Mercadorias Vendidas foi de R\$ 150,00 e que a alíquota de ICMS sobre as compras é uniforme, podemos afirmar que as mercadorias adquiridas estavam sujeitas a alíquota de ICMS de:

- a) zero, porque as mercadorias estavam isentas de ICMS
- b) 15%, se o estoque final foi de R\$ 130,00
- c) 15%, se o estoque final foi de R\$ 140,00
- d) 20%, se o estoque final foi de R\$ 140,00
- e) 20%, se o estoque final foi de R\$ 130,00

14- O fabricante de duas máquinas importadas, destinadas ao mesmo trabalho e nas mesmas condições de operação, informou que a vida esperada de utilização econômica de cada uma era de cinco anos, aproximadamente.

A primeira, que custou R\$ 4.000,00, entrou em operação no dia primeiro de abril e a segunda, que custou R\$ 5.000,00, entrou em operação no dia primeiro de julho do mesmo ano.

Levando-se em conta os dados acima, podemos afirmar que:

- a) no balanço de encerramento do exercício social relativo ao período de aquisição das máquinas o saldo da conta de Depreciação Acumulada relativa às referidas máquinas registra o valor de R\$ 900,00.
- b) em função da informação dada pelo fabricante de que a vida útil de cada máquina era de cinco anos é admissível o registro da depreciação, no ano da aquisição, no montante de R\$ 1.800,00.
- c) no balanço de encerramento do exercício social subsequente ao período de aquisição das máquinas o saldo da conta de Depreciação Acumulada relativa às referidas máquinas registra o valor de R\$ 2.900,00.
- d) a empresa adquirente deve, obrigatoriamente, providenciar laudo expedido pelo representante do fabricante, corroborando a informação relativa ao período esperado de utilização das máquinas.

e) somente após a entrada em funcionamento da segunda máquina a empresa poderá iniciar o registro de depreciação do conjunto, isto é, da associação da primeira máquina com a segunda.

### Rascunho

15- Considere os seguintes dados:

	(R\$)
Lucro bruto de vendas de mercadorias	100,00
Receita bruta de vendas de mercadorias	300,00
Resultado operacional - lucro	20,00
Despesas operacionais	80,00
Provisão para Imposto de Renda	5,00
Lucro Líquido do exercício	15,00
Resultado do Exercício	25,00

Considerando os dados acima, podemos afirmar que:

- a) as participações somam R\$ 3,00.
- b) as deduções da receita bruta somam R\$ 200,00.
- c) a Provisão para o Imposto de Renda seria de R\$ 10,00 se, mantidos os demais dados, o Resultado do Exercício fosse de R\$ 30,00.
- d) as participações somam R\$ 5,00.
- e) a Provisão para Imposto de Renda seria de R\$ 10,00, se a alíquota do Imposto de Renda fosse de 40%, mas somente sob a condição de que o valor das participações não fosse alterado.

## CONTABILIDADE DE CUSTOS

16- Indique a opção correta.

- a) Quando a empresa fabrica um produto único, com especificações próprias, deve avaliar o seu custo de produção pelo critério de apuração denominado custos por processo, uma vez que o processo de fabricação se desenvolve durante um determinado período de tempo.
- b) Quando a empresa tem necessidade de conhecer e controlar as diversas fases de fabricação de seus produtos, deve organizar os registros de sua contabilidade de custos atendendo aos critérios que norteiam o denominado custo-padrão, porque é a forma segura de obter informações prévias quanto ao custo final do produto e manter controles que assegurem a execução conforme tenha sido planejado.
- c) Quando a empresa mantém uma produção contínua, desenvolvida em diversas fases distintas, a apuração de custos poderá ser feita por departamentos, mas está sujeita, ao final de cada período, à verificação do nível de acabamento de todos os produtos existentes em cada Departamento ligado à produção.
- d) Quando a empresa não tem necessidade de conhecer com exatidão e de manter controle sobre os custos, como nos casos de produção sob encomenda, o Departamento de Custos pode ser organizado em Centros de Custos, em um sistema denominado Centro de Custo-Padrão.
- e) Quando a empresa adota a apuração de custos pelo método de custo-padrão, como o sistema mais simples de registro dos custos de produção, deve tomar como base de verificação e acompanhamento dos custos de produção os parâmetros de padrões registrados em fabricações anteriores, na própria empresa ou em empresa similar.

17- No processo industrial para obtenção do produto a empresa incide em diversos gastos que recebem a denominação de:

- custos industriais, quando referentes às matérias-primas consumidas, à mão-de-obra empregada e aos gastos gerais de fabricação.
- custos gerais de fabricação, quando se relacionam a despesas com a distribuição dos produtos aos revendedores e representantes.
- custos com materiais diretos, quando são distribuídos entre todas as unidades produzidas.
- custos primários, quando referentes às matérias-primas, gastos gerais de fabricação e mão-de-obra.
- custos industriais, quando referentes às matérias-primas empregadas, à mão-de-obra direta e aos gastos gerais de fabricação e de venda.

18- Considerando os dados abaixo, indique o valor do saldo da conta de estoques de Matérias-Primas – Chapas de aço, em 30.11.2001.

31.10.2001 – Estoque inicial – 2.000 quilos	R\$ 400,00
05.11.2001 – Requisição ao almoxarifado – 800 quilos	
10.11.2001 – Requisição ao almoxarifado – 200 quilos	
15.11.2001 – Compra – 1.500 quilos, no valor de	R\$ 300,00
20.11.2001 – Compra – 1.500 quilos, no valor de	R\$ 300,00
25.11.2001 – Requisição ao almoxarifado – 600 quilos	
30.11.2001 – Estoque final	

Os valores das compras são os de fatura. O produto está sujeito ao ICMS de 20%.

- R\$ 680,00
- R\$ 578,00
- R\$ 3.400,00
- R\$ 880,00
- R\$ 875,00

19- Certos gastos de fabricação não estão ligados diretamente ao custo de um produto.

O sistema de contabilidade de custos dispõe de um instrumento que distribui esses gastos entre os diversos produtos, sem provocar distorções inaceitáveis.

O instrumento é denominado:

- apropriação de custos
- compensação de custos
- estorno de despesas
- estorno de gastos
- rateio de gastos

20- Observe os seguintes dados: desconsidere existência de estoques inicial e final e assinale a opção correta.

	Depto. A	Depto. B	Depto. C
Matérias-Primas	200	400	400
Mão-de-Obra	150	600	250
Gastos Gerais de Fabricação	50	200	150
Total	400	1.200	800
Quantidade de produtos em elaboração	2.000	2.400	2.400
Fase de elaboração - %	40	50	10

Os dados indicam que:

- o custo das matérias-primas, por unidade fabricada, nos Departamentos B e C é o dobro do custo das matérias-primas, por unidade fabricada no Departamento A.
- estando o Departamento A na fase de elaboração de 40%, significa dizer que 40% das 2.000 unidades, em elaboração nesse Departamento, estão prontas para venda.
- sendo a fase de elaboração do Departamento B muito maior que a fase de elaboração do Departamento C, significa dizer que a eficiência do pessoal do Departamento B é maior do que a do Departamento C.
- para o cálculo do custo unitário da produção é indispensável que sejam conhecidos os estoques inicial e final dos produtos em elaboração, em cada Departamento.
- foram extraídos de uma planilha de avaliação das variações positivas e negativas levantada para acompanhamento do custo real em relação ao custo-padrão.

21- A empresa industrial é uma organização que:

- a) visa, além da transformação, da compra e venda de bens, atender a fins sociais da comunidade.
- b) visa à transformação de matérias-primas em bens.
- c) visa à exploração de atividades de transformação de matérias-primas e à prestação de serviços em geral.
- d) visa à compra e venda de produtos.
- e) exerce várias funções na sociedade, como compra e venda de produtos, transformação de matérias-primas e criação de empregos.

22- Assinale a opção que não pode ser considerada como representativa de operações de gestão de uma empresa industrial.

- a) Aplicação de capitais na aquisição de máquinas e equipamentos.
- b) Venda de produtos de fabricação própria.
- c) Compra de matérias-primas e de produtos secundários.
- d) Contratação de mão-de-obra e aquisição de componentes.
- e) Compra e venda de produtos de terceiros.

23- Indique a opção que descreve registros que não se relacionam ao processo de produção de uma empresa industrial.

- a) Compras e vendas de sucatas.
- b) Pagamentos de encargos sociais relacionados aos salários dos operários.
- c) Despesas com manutenção de máquinas operatrizes.
- d) Vendas de produtos de fabricação própria e compras de matérias-primas.
- e) Pagamentos de ônibus para transporte dos operários para a fábrica.

24- Indique a opção que contém lançamento contábil que representa uma etapa do processo de produção industrial.

- a) Matérias-Primas
  - Chapas de aço nº 18
  - a Fornecedores
  - Cia. do Aço
  - Pago sua fatura nº 2323, nesta data
 50
- b) Matérias-Primas
  - Chapas de aço nº 18
  - a Produtos em Elaboração
  - Caldeiras
  - Pelo consumo de matérias-primas no período
 50
- c) Matérias-Primas
  - Chapas de aço nº 16
  - a Produtos Prontos
  - Fogões elétricos
  - Produção concluída neste mês
 50
- d) Produtos Prontos
  - Fogões elétricos
  - a Produtos em Elaboração
  - Fogões elétricos
  - Valor da produção concluída neste mês
 50
- e) Produtos em Elaboração
  - Fogões elétricos
  - a Produtos Prontos
  - Fogões elétricos
  - Produção concluída no corrente mês
 50

25- Os seguintes dados foram extraídos da contabilidade de uma indústria.

Matéria-Prima –	Estoque inicial .....	200
	Estoque final.....	150
	Aquisições do período..	300
Mão-de-Obra – Direta.....		600
Gastos Gerais de Fabricação.....		50
Produtos Prontos – Estoque inicial.....		800
	Estoque final .....	400
Produtos em Elaboração – Estoque inicial...		100
	Estoque final.....	250

Considerando que foram vendidas 100 unidades do produto e que as compras de matérias-primas e as vendas de produtos estão sujeitas ao ICMS de 20%, mas não estão sujeitas ao IPI, indique a opção correta.

- a) O custo unitário de venda é de 12,50.
- b) O custo da matéria-prima incorrido no período foi de 350.
- c) O lucro bruto do período foi de 10, se o preço unitário de venda foi de 15.
- d) O lucro bruto do período foi de 210, se o preço unitário de venda foi de 15.
- e) O custo dos produtos vendidos no período foi de 1.250.

26- A União poderá instituir impostos não previstos na Constituição Federal, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos nela discriminados, mediante:

- a) emenda constitucional
- b) lei complementar
- c) lei ordinária
- d) lei delegada
- e) resolução do Senado Federal

27- Assinale a opção correta.

- a) A competência tributária consiste na faculdade de que dispõem os entes políticos para instituir tributos em relação às pessoas submetidas a sua soberania, e a capacidade tributária ativa consiste na aptidão atribuída a uma pessoa para figurar no pólo ativo de uma relação jurídico-tributária.
- b) A competência tributária é a aptidão para arrecadar tributos, obedecidos os requisitos legais, e a capacidade tributária ativa é a aptidão para instituí-los, sempre por meio de lei.
- c) A competência tributária e a capacidade tributária ativa são indelegáveis, ainda que por meio de lei.
- d) A competência tributária é, em determinadas situações, delegável, por meio de lei, mas a capacidade tributária ativa é indelegável.
- e) A atribuição da capacidade tributária ativa a pessoa diferente daquela que dispõe da competência tributária ocorre sempre de forma discricionária, de acordo com o interesse das pessoas envolvidas.

28- Determinado Estado da Federação exige taxa de um partido político, em virtude de um serviço público específico e divisível a este prestado. Tal exigência:

- a) é inconstitucional, pois os partidos políticos são imunes à tributação.
- b) é perfeitamente legal e legítima, desde que a taxa tenha sido anteriormente instituída por lei.
- c) é inconstitucional, pois os partidos políticos são equiparados ao Estado.
- d) é inconstitucional, pois os partidos políticos são entidades de utilidade pública.
- e) é perfeitamente legal e legítima, ainda que não tenha sido formalmente instituída por lei, considerando que foi expressamente prevista pelo Código Tributário Nacional – CTN.

29- Lei instituidora de tributo, publicada em 30 de dezembro, omissa quanto à data de início de sua vigência, tornar-se-á obrigatória:

- a) na data de sua publicação.
- b) no primeiro dia do exercício financeiro seguinte.
- c) trinta dias após a data de sua publicação.
- d) quarenta e cinco dias após a data de sua publicação.
- e) sessenta dias após a data de sua publicação.

30- Marque com **V** a assertiva verdadeira e com **F** a falsa, assinalando em seguida a opção correspondente.

- ( ) A autorização para que loja coloque anúncio luminoso na porta externa, concedida (a autorização) pela administração municipal, pode ensejar a cobrança, pelo Município, de uma taxa fundada no seu poder de polícia.
- ( ) A União, por meio de lei complementar e atendendo a relevante interesse social, poderá conceder isenção de taxas estaduais.
- ( ) Criança de doze anos de idade não pode ser sujeito passivo de imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- ( ) Tributo exigido em virtude de serviços públicos postos à disposição do contribuinte, mas não utilizados por ele, constitui taxa de serviço.

- a) V, V, V, V
- b) V, V, F, F
- c) V, F, F, V
- d) F, V, V, F
- e) F, F, F, F

31- Relativamente às normas gerais de direito tributário, é correto afirmar que:

- a) são de competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- b) o exercício, pela União, da competência para legislar sobre tais normas exclui a competência, ainda que suplementar, dos Estados e do Distrito Federal.
- c) apenas os Municípios não dispõem de competência para estabelecê-las.
- d) em nenhuma hipótese os Estados e o Distrito Federal exercerão competência legislativa plena.
- e) no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, prevalecem as respectivas leis sobre as leis federais.

32- Após a ocorrência do fato gerador, nova lei foi publicada, aumentando as alíquotas do tributo. Neste caso, o lançamento será regido pela lei em vigor na data

- a) da ocorrência do fato gerador.
- b) da feitura do lançamento.
- c) do pagamento do tributo.
- d) da cobrança do tributo.
- e) escolhida pelo sujeito passivo.

33- No primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, inicia-se o prazo para:

- a) remissão
- b) compensação
- c) prescrição
- d) decadência
- e) parcelamento

34- A anistia tributária atinge:

- a) os atos praticados com dolo.
- b) os atos praticados com simulação.
- c) os atos praticados com fraude.
- d) os atos qualificados em lei como contravenções.
- e) as penalidades provenientes de infrações às leis tributárias.

35- O funcionário que expedir certidão negativa com dolo ou fraude, contendo erro contra a Fazenda Pública, será pessoalmente responsável:

- a) pelo crédito tributário, excluídos os juros de mora.
- b) pelo crédito tributário e juros de mora, excluindo-se possível responsabilidade criminal e funcional.
- c) pelos juros de mora, não pelo tributo devido, podendo ainda ser responsabilizado funcional e criminalmente.
- d) funcional e criminalmente, excluída a responsabilidade pelo crédito tributário.
- e) pelo crédito tributário e juros de mora, não se excluindo a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber.

---

### LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

36- Identifique nas operações abaixo com **D** ou **S**, conforme sejam hipóteses de diferimento ou de suspensão, e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- ( ) saída de leite fresco;
- ( ) saídas, para qualquer ponto do País, de mercadorias destinadas a exposição em feira, devendo retornar no prazo máximo de 60 dias;
- ( ) saída de mercadorias do estabelecimento do produtor, para estabelecimento de Cooperativa de que faça parte, situado no Estado do Piauí;
- ( ) saídas de cana-de-açúcar de estabelecimento produtor com destino ao estabelecimento industrial;
- ( ) remessa interestadual, de bem do ativo fixo destinado a conserto, para retornar em 150 dias.

- a) D, D, S, S, D
- b) D, S, D, S, D
- c) S, D, S, D, D
- d) S, S, D, D, S
- e) D, S, D, D, S

37- A empresa ALFA Arrendamento Mercantil, estabelecida no Piauí, adquiriu duas máquinas produzidas em São Paulo, máquina A e máquina B, para arrendá-las pelo prazo de 3 anos à empresa BETA Industrial Ltda., também estabelecida no Piauí. Ao final do prazo de arrendamento, a arrendatária exerceu a opção de compra para a máquina B e devolveu a máquina A.

Considerando as operações descritas, assinale a opção correta.

- a) Na saída das máquinas da empresa ALFA para a empresa BETA incide ICMS.
- b) No retorno da máquina A para a arrendadora ALFA incide o ICMS sendo a base de cálculo o valor residual garantido ( preço estipulado no contrato para exercício da opção de compra).
- c) No retorno da máquina A para a arrendadora ALFA incide o ICMS, não podendo a base de cálculo ser inferior ao valor de mercado da máquina.
- d) Na venda da máquina B à arrendatária incide ICMS.
- e) Em nenhuma das operações (quer de saída das máquinas da arrendadora para a arrendatária, quer do retorno para a arrendadora, quer pelo exercício da opção de compra) incide ICMS, por se tratar de operações especiais sujeitas ao controle do Banco Central.

38- Assinale a opção que contém uma proposição incorreta.

- a) Há previsão na legislação de ICMS para aplicação das seguintes alíquotas, conforme a hipótese de que se trate: 4%, 12%, 17%, 20% e 25%.
- b) A lavratura do auto de Infração compete privativamente ao Agente Fiscal de Tributos Estaduais, que, todavia, não poderá exercê-la se estiver no exercício de cargo de direção e assessoramento.
- c) A Notificação de Lançamento poderá ser lavrada se, quando da constatação de infração à legislação tributária, não ficar caracterizada a existência de dolo, fraude ou conluio.
- d) A única formalidade exigível para a entrada do agente fiscal nos estabelecimentos, bem como para o acesso às suas dependências internas, é sua imediata identificação, mediante a apresentação de identidade funcional.
- e) Ocorrendo o diferimento do ICMS, o adquirente ou destinatário da mercadoria é responsável pelo pagamento do imposto diferido, na qualidade de contribuinte substituto.

39- O contribuinte XXX Ltda., fabricante de tecidos, estabelecido no Piauí, apresenta em sua escrituração os seguintes registros:

- a) mês de dezembro de 2000:
- valor do saldo credor de ICMS: R\$ 50,00
- b) mês de janeiro de 2001:
- valor do ICMS incidente sobre as mercadorias recebidas no mês para serem utilizadas como matérias-primas na industrialização de seus produtos: R\$ 12.000,00;
  - valor do ICMS referente à energia elétrica consumida no mês no estabelecimento industrial: R\$120,00;
  - vendas de produtos de sua fabricação para estabelecimento comercial localizado na Bahia, para ser revendido: valor total das operações – R\$ 50.000,00;
  - vendas de produtos de sua fabricação para estabelecimento comercial localizado no Piauí, para ser revendido: valor total das operações – R\$ 100.000,00;
- c) mês de fevereiro de 2001:
- valor do imposto cobrado relativamente às mercadorias recebidas no mês para serem utilizadas como matérias-primas na industrialização de seus produtos: R\$ 10.000,00;
  - valor do ICMS referente à energia elétrica consumida no mês no estabelecimento: R\$ 200,00;
  - valor do ICMS referente à máquina entrada no estabelecimento e adquirida para integrar seu ativo imobilizado: R\$ 4.800,00;
  - vendas de produtos de sua fabricação para destinatário contribuinte do imposto localizado em Sergipe: valor total das operações – R\$ 20.000,00;
  - vendas de produtos de fabricação própria para destinatário contribuinte do imposto localizado no Piauí - R\$ 40.000,00;
  - vendas de produtos de fabricação própria para destinatário não contribuinte do imposto localizado no Maranhão - R\$ 40.000,00.

Assinale a opção que indica corretamente o valor do ICMS a ser recolhido, relativo aos períodos de apuração de janeiro e de fevereiro de 2001 (nessa ordem).

- a) R\$ 10.830,00 e R\$ 5.700,00
- b) R\$ 10.830,00 e R\$ 1.000,00
- c) R\$ 13.330,00 e R\$ 5.700,00
- d) R\$ 10.830,00 e R\$ 6.300,00
- e) R\$ 13.330,00 e R\$ 6.300,00

40- Assinale a opção que, completando a proposição abaixo, não configura uma afirmativa absolutamente correta.

Para efeito de base de cálculo do ICMS, o valor das operações ou prestações poderá ser arbitrado pela autoridade fiscal em caso de:

- a) prestação de serviço de transporte desacompanhado de documentação fiscal.
- b) estocagem de mercadorias desacompanhadas de documentos fiscais.
- c) utilização de máquina registradora em desacordo com o disposto na legislação tributária.
- d) não exibição ao fisco dos elementos comprobatórios do valor real da operação ou prestação, salvo em caso de sua destruição por motivo de força maior, devidamente comprovado por laudo da autoridade competente.
- e) declaração injustificada, nos documentos fiscais, de valores notoriamente inferiores ao preço corrente das mercadorias.

41- Entre as proposições abaixo, indique a que não corresponde à obrigatoriedade do sujeito passivo de efetuar o estorno (total ou proporcional) do imposto de que se tiver creditado.

- a) Relativo à mercadoria entrada no estabelecimento que vier a ser utilizada em fim alheio à atividade do estabelecimento.
- b) Relativo à mercadoria entrada no estabelecimento e que seja objeto de operação subsequente com redução de base de cálculo.
- c) Relativo à mercadoria entrada no estabelecimento para a integração ou consumo em processo de produção de mercadorias industrializadas destinadas ao exterior.
- d) Relativo à mercadoria entrada no estabelecimento e retirada de circulação por perecimento.
- e) Relativo à mercadoria entrada no estabelecimento que for consumida em processo de industrialização, quando a saída do produto resultante esteja isenta do ICMS.

42- Em relação ao parcelamento de crédito tributário relativo ao ICMS, é incorreto afirmar que

- a) o parcelamento será imediatamente susgado, tornando-se exigível o pagamento do saldo, no caso de atraso de duas parcelas, consecutivas ou alternadas.
- b) não pode ser parcelada a importância do ICMS retido em substituição tributária.
- c) não pode, o crédito parcelado, ser objeto de parcelamento.
- d) pode ser autorizado em até 60 parcelas mensais e consecutivas.
- e) o pedido de parcelamento produz o efeito de confissão irretratável da dívida.

43- Assinale a opção que contém uma proposição incorreta.

- a) Caracteriza reincidência a prática de nova infração a um mesmo dispositivo da legislação do ICMS no prazo de 05 anos, contados da data em que houver passado em julgado, administrativamente, a decisão condenatória referente à infração anterior.
- b) Ocorrendo a reincidência, nos termos da legislação do ICMS, a multa será elevada em 20%, na primeira ocorrência, e em 40% nas demais ocorrências.
- c) Em caso de dúvida quanto à natureza da penalidade aplicável, interpretar-se-ão de modo mais favorável ao infrator os dispositivos da legislação tributária que definam infrações ou lhe cominem penalidades.
- d) Apurando-se em um mesmo processo, a prática de mais de uma infração por uma mesma pessoa, natural ou jurídica, aplicar-se-á a pena prevista para a infração cominada com a maior penalidade.
- e) Se no processo for apurada infração de mais de uma pessoa, será imposta a cada uma delas a pena relativa à infração que houver cometido.

- 44- Considerando que a sigla IPVA designa Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, assinale, entre as opções abaixo, a que não corresponde a uma proposição verdadeira.
- O pagamento do imposto após o prazo fixado para seu recolhimento está sujeito a juros de mora de 1% ao mês.
  - É condição para o registro, inscrição ou matrícula do veículo perante as repartições competentes, a prova do pagamento do imposto ou da imunidade ou isenção que amparem sua propriedade.
  - A base de cálculo do IPVA de veículo usado é o valor venal usualmente praticado no mercado.
  - No caso de veículo estrangeiro importado por consumidor final, o IPVA deve ser pago em até trinta dias contados do desembaraço aduaneiro.
  - A legislação em vigor prevê diferentes alíquotas de IPVA, conforme a hipótese, sendo 2,5% a alíquota máxima vigente.
- 45- Considerando que a sigla IT designa o imposto de competência do Estado, incidente sobre a transmissão ou doação de bens ou direitos, entre as proposições abaixo, indique a verdadeira.
- O IT relativo à transmissão *causa mortis* de imóveis situados no Rio de Janeiro, a herdeiros legítimos residentes no Piauí, é devido ao Estado do Piauí.
  - O IT relativo à doação de bens móveis, sendo o donatário domiciliado no Piauí e o doador domiciliado em Pernambuco, é devido ao Estado do Piauí.
  - O IT relativo à transmissão *causa mortis* de bens móveis a herdeiros legítimos residentes no Piauí, tendo o inventário se processado na Bahia, é devido ao Estado do Piauí.
  - Se o contribuinte não concordar com o valor venal estabelecido pela autoridade fazendária, para efeito de cálculo do IT, poderá apresentar reclamação, com efeito suspensivo, dentro do prazo de 30 dias contados da data fixada para pagamento do imposto.
  - A multa moratória aplicável nos casos de recolhimento integral do IT, feito espontaneamente e antes de qualquer procedimento do Fisco, quando decorridos mais de 60 dias do seu vencimento, é de 15% sobre o valor do imposto corrigido monetariamente.
- 46- João fez testamento instituindo José como legatário do imóvel **A**, impondo que, decorridos 10 anos, José o transmitisse a Pedro. Quando João faleceu, o valor venal do imóvel **A** era de R\$ 100.000,00, e 10 anos após, era de R\$ 120.000,00. Considerando que a sigla IT designa o imposto de competência do Estado, incidente sobre a transmissão de bens ou direitos, e que o imposto foi pago corretamente, assinale a opção correta.
- Ao tempo da morte de João, o valor do IT pago por José foi de R\$ 4.000,00.
  - Ao tempo da morte de João o valor do IT pago foi de R\$ 4.000,00, sendo que José pagou R\$ 2.000,00 e Pedro R\$ 2.000,00.
  - Ao tempo da morte de João, Pedro, que afinal herdaria o imóvel, pagou o IT, no valor de R\$ 4.000,00.
  - Pedro pagou o IT no valor de R\$ 4.800,00 quando entrou na posse do imóvel.
  - Ao tempo da morte de João, José pagou R\$ 2.000,00 de IT e Pedro, quando entrou na posse do imóvel, pagou R\$ 2.400,00 de IT.
- 47- Assinale as proposições abaixo com **F** para falsa ou **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.
- Têm legitimidade para formular consulta sobre dispositivos da legislação tributária o sujeito passivo, os órgãos da administração pública e as entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais.
  - Da decisão em processo de consulta sobre dispositivos da legislação tributária cabe recurso voluntário, sem efeito suspensivo.
  - A competência para decidir em segunda instância o processo de consulta sobre dispositivos da legislação tributária é do Conselho de Contribuintes.
- F, F, V
  - V, F, F
  - V, F, V
  - F, V, V
  - V, V, F

48- No dia 18 de março do ano xxxx, terça-feira, o sujeito passivo ALFA foi intimado de exigência formalizada mediante auto de infração. ALFA, alegando dificuldade na coleta das provas em razão de recente mudança de endereço, solicitou e obteve prorrogação do prazo para apresentação da impugnação. ALFA apresentou defesa em 07 de abril, segunda-feira. Nesse caso,

- a) tendo sido tempestiva a defesa, o órgão preparador juntará ao processo a defesa e os documentos que a instruem, remetendo-os ao órgão julgador para proferir a decisão de mérito.
- b) a autoridade preparadora lavrará o Termo de Revelia e encaminhará o processo à Procuradoria-Geral do Estado para as providências cabíveis.
- c) a autoridade preparadora, por ser competente para acrescer o prazo para impugnação, pode determinar que a autoridade julgadora tome conhecimento da impugnação e profira o julgamento de mérito.
- d) o órgão preparador juntará ao processo a defesa e os documentos que a instruem, remetendo-os ao Diretor-Geral da Fazenda, que lavrará o Termo de Revelia.
- e) a Procuradoria Fiscal do Estado inscreverá o débito na dívida ativa, declarará o sujeito passivo devedor remisso e promoverá a cobrança executiva.

49- Assinale, entre as opções abaixo, a que contém uma proposição incorreta.

- a) A apreensão de mercadorias, livros ou documentos dá início ao procedimento fiscal, excluindo a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos atos anteriores.
- b) O servidor que verificar a ocorrência de infração à legislação tributária e não for competente para formalizar a exigência deve comunicar o fato ao seu chefe imediato, mediante representação circunstanciada.
- c) No processo administrativo fiscal, a apreciação da prova é regida pelo princípio da livre convicção.
- d) No processo administrativo fiscal, a autoridade preparadora encaminhará o processo diretamente para cobrança administrativa se o recurso da decisão de primeira instância for apresentado após o prazo legal para sua apresentação.
- e) No processo administrativo fiscal, as decisões de segunda instância são definitivas.

50- O valor anual do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) de determinado veículo novo é R\$ 600,00 (seiscentos reais). Considerando que o veículo referido foi adquirido em 10 de março e em 10 de setembro do mesmo ano foi totalmente destruído por incêndio, e sabendo que o proprietário pagou pontualmente o imposto devido, assinale, a seguir, a assertiva correta.

- a) O valor do IPVA pago no exercício foi de R\$ 350,00, sem direito a qualquer restituição.
- b) O valor do IPVA pago no exercício foi de R\$ 300,00, sem direito a qualquer restituição.
- c) O IPVA pago deve ser integralmente restituído, tendo em vista a perda total do veículo ocorrida no próprio exercício.
- d) O contribuinte terá direito à restituição de R\$ 150,00, em razão da perda total do veículo ocorrida em setembro.
- e) O IPVA pago no exercício foi de R\$ 500,00, sem direito a qualquer restituição.









**ESAF**